

Marxismo Analítico & Funcionalismo

*Prof. Sérgio Luís Boeira**

Faculdade de Comunicação e Artes – FACOART Universidade do Vale do Itajaí
Doutorando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas Sociedade e
Meio Ambiente – CFH – UFSC

Resumo

Este artigo tem por objetivo participar do debate sobre marxismo analítico, funcionalismo e teoria dos jogos, iniciado por Jon Elster, Cohen e Andrés de Francisco entre 1988 e 1990. As teses destes autores são confrontadas e hierarquizadas com base na pertinência de seus principais conceitos (individualismo metodológico, holismo radical, funcionalismo, etc.). A questão da interdisciplinaridade é enfatizada, com

Abstract

This article aims to contribute to the debate on analytical marxism, functionalism, and game theory as begun by Jon Elster, Cohen and André de Francisco between 1988 and 1990. These authors' theses are contrasted and hierarchically organized according to the relevance of their main concepts (methodological individualism, radical holism, functionalism, etc.). The interdisciplinary issue is emphasized

* Agradeço os comentários do Dr. Paulo Krischke à primeira versão deste trabalho.

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	v. 14	n. 20	p.9-34	1996
-----------------------------	---------------	-------	-------	--------	------

uma análise crítica da relação entre marxismo analítico (principalmente o conceito de forças produtivas) e meio ambiente.

Palavras-chave: Funcionalismo, Marxismo, Teoria dos Jogos, Meio Ambiente.

by means of a critical analysis of the relation between the environment and analytic marxism (mainly the concept of productive forces).

Keywords: Funcionalism, marxism, Theory of games, environment.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo participar do debate sobre marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos (Elster, 1989a e 1989b; Cohen, 1990; Francisco, 1988).

- 1 Funcionalismo
- 2 Marxismo analítico e ética
- 3 Individualismo metodológico e anti-reducionismo
- 4 Elster e a crítica ao funcionalismo em Marx
- 5 Cohen e a teoria da história em Marx
- 6 Contribuições ao debate

1 Funcionalismo:

O termo *funcionalismo* não designa uma teoria, mas uma tendência metodológica que perpassa as ciências naturais e sociais. No âmbito destas últimas, a trajetória do termo constitui-se de três fases: de valorização, de depreciação e de revalorização crítica.

Na primeira fase, ainda no século XIX, a noção de função (mas não de funcionalismo) está presente nas ciências sociais na medida em que estas procuram imitar o método das ciências naturais e exatas, particularmente a biologia e a física. Os paradigmas newtoniano (mecanicista), darwiniano (evolucionista,

organicista), cartesiano (dualista), positivista e liberal formam o contexto no qual os cientistas sociais pensam as regras de funcionamento das sociedades, ou melhor, os seus segredos revelados em forma de leis (estruturais) e funções correspondentes. Por exemplo: a lei de oferta/demanda e preço, no âmbito da economia.

O termo *funcionalismo* surge na década de 1930, por iniciativa de antropólogos e etnólogos, como Malinowski e Radcliffe-Brown, enquanto este concebe a ordem social como essencialmente normativa (segundo Durkheim), Malinowski vê na mesma a satisfação das necessidades humanas (alimentação, abrigo, segurança, etc.). Nos anos 40 estes dois autores trabalham na Universidade de Chicago e contribuem para o reforço da ideologia dominante ao conceber a sociedade como um sistema basicamente harmônico, em que os conflitos podem ser tratados como inocentes tensões. Tais perturbações são desvendadas pela ciência como simples preparação para uma ordem mais satisfatória.

Depois destes, outros dois funcionalistas norte-americanos marcam época: Talcott Parsons e Robert Merton. Parsons intitula seus primeiros escritos (até meados dos anos 50) de “estrutural-funcionalismo”. O sistema normativo é apresentado por ele como funcional na medida em que resolve os problemas provocados pela situação ou estrutura (contexto definido como conjunto de restrições estáveis e coerentes no qual está colocado o sistema de ação). Parsons abandona a expressão estrutural-funcionalismo em 1960, talvez devido ao risco de cair no tautologismo, ao forçar a congruência entre estrutura/situação e função (ou solução funcional), ou ao fazer da primeira o decalque (reprodução mimética) da segunda. Com Parsons, portanto, termina a fase de valorização e tem início a da depreciação do termo. Robert Merton empenha-se em dissociar a noção de função da de finalidade. Para isso ele destaca alguns fenômenos cujos resultados, sem corresponder às expectativas iniciais dos atores, procedem de suas iniciativas e de suas intenções ou, antes, da maneira pela qual se combinam e das diversas coerções a que está sujeita sua ação. Merton

aplica o método não à sociedade como um todo, mas a partes específicas da estrutura social. Ele distingue entre funções explícitas e latentes.

Buscar a função latente de uma regra ou de um costume não é procurar sua finalidade – o lugar que ela ocuparia no contexto social; é investigar seu sentido, a maneira pela qual esse sentido se constituiu e se mantém. Por isso, “o conceito de função sai ileso das críticas dirigidas ao funcionalismo”, concluem Boudon e Bourricaud (1993).

O funcionalismo tem sido apontado como ideologia conservadora, mas Merton sustenta que, se há um viés de direita, também há uma interpretação de esquerda. Com o reconhecimento deste fato, tem início uma revalorização crítica da noção de funcionalismo, com o debate sobre sua presença e validade ou não nos textos de Marx.

Enquanto Elster se destaca como crítico do funcionalismo nas ciências sociais e particularmente no marxismo, Cohen critica Elster por interpretar superficialmente a análise funcional e reconhece que, de fato, há explicações funcionais em Marx. Mas veremos isso por partes.

2 Marxismo analítico e ética:

Andrés de Francisco (1988), concordando com P. Anderson, afirma que o marxismo ocidental tem sido vítima de dois grandes desvios: da prática política do movimento operário, por um lado, e em direção à filosofia, à estética e à teoria do conhecimento, por outro. A causa básica destes desvios parece ser a ausência de revoluções nos países capitalistas avançados e a ausência de um proletariado autônomo desde a última grande guerra. Assim, a Escola de Frankfurt desenvolveu, diz ele, uma teoria crítica que resultou na redução da ciência e da política à filosofia. A sociedade capitalista teria, segundo esta crítica, chegado à integração via implantação da razão instrumental, do princípio formal do cálculo, com o conseqüente desencantamento do mundo contemporâneo.

Assim, para a Escola de Frankfurt a especulação filosófica substituiria a investigação empírica, já que estava dissolvida toda união entre teoria e *praxis*.

Entretanto, assinala Francisco, desde meados dos anos 70 o panorama do marxismo tem dado uma guinada de 180 graus. Surge um outro tipo de cultura marxista, orientada primordialmente no sentido das questões de ordem econômica, política ou social. Nisto o autor vê a superação da chamada “crise do marxismo”. Ele observa, também, que tem havido simultaneamente um deslocamento geográfico da criação marxista em direção ao mundo de língua inglesa, paralelo ao colapso da tradição latina, francesa e principalmente italiana.

O marxismo analítico que, assim, emerge critica o “primitivismo metodológico” da ciência social do século XIX. E avança interdisciplinariamente, estabelecendo uma distinção básica entre teoria e método. Para os marxistas analíticos não há um método marxista, um procedimento explicativo característico com origem em Marx. O que há de específico é o “conjunto de pressupostos teóricos contidos no *corpus* doutrinal do materialismo histórico” (Francisco, 1988:220).

Mas a distinção entre teoria e método deve ser vista como problemática, sustenta Francisco, observando diferenças entre os marxistas analíticos. Há quem aceite a análise funcional como inerente ao materialismo histórico (Cohen) e quem utilize a teoria dos jogos (Elster) como núcleo de atualização do marxismo.

Andrés de Francisco observa também que o marxismo analítico acaba por isolar a reflexão sobre ética daquela que é feita sobre teoria e método. “Com efeito, toda teoria científica – independentemente do método aplicado – aspira a explicar a realidade, não a valorá-la”, diz ele, acrescentando que “a ética é patrimônio da filosofia, não da ciência”. O autor se conforma em constatar o fato, reconhecendo mas não analisando a fragmentação ontológica que esta posição supõe.

O filósofo Karl-Otto Apel, um herdeiro contemporâneo da Escola de Frankfurt, certamente discordaria da passividade de Francisco quanto a este tema. A principal preocupação de Apel é encontrar uma solução democrática e racional para a ética. Ele analisa as tradições iluministas, particularmente a obra de Kant, e conclui que há uma contradição inerente às ciências, na medida em que a ética foi associada à irracionalidade e à vida privada, enquanto a racionalidade, em si, pressupõe acordo quanto a normas éticas. (Apel, 1994).

No marxismo, observa Apel, é o partido revolucionário que impõe uma moral altruísta. Tanto as ciências naturais ou exatas quanto as sociais e empíricas surgiram afastando-se dos *juízos de valor*, mas só o fizeram porque – explica ele – encobriram a necessidade de acordo sobre valores que todo discurso racional requer. A argumentação neste sentido é consistente e coloca em xeque a honestidade dos cientistas. Apel aposta na constituição de uma comunidade de comunicação e numa ética do discurso, à semelhança do que faz Habermas.

Resta, portanto, o alerta: o marxismo analítico, na sua guinada de 180 graus em relação à filosofia, pode estar deixando pelo caminho contribuições fundamentais desta.

3 Individualismo metodológico e anti-reducionismo:

Andrew Levine, Elliot Sober e Erik Olin Wright (Levine et al, 1989) definem algumas expressões que permeiam o marxismo analítico, tais como “individualismo metodológico”, “anti-reducionismo”, “holismo radical” e “atomismo”. O objetivo dos autores é criticar a posição de Jon Elster – que defende o individualismo metodológico e, a partir deste, a teoria dos jogos como forma de encontrar microfundamentos e superar o funcionalismo.

No debate teórico, os que defendem o individualismo metodológico rotulam os anti-reducionistas como holistas radicais e os defensores de posições anti-reducionistas às vezes

tratam os adeptos do individualismo metodológico como atomistas. Levine, Sober e Wright partem destas constatações.

O atomismo, dizem eles, é uma concepção metodológica que nega toda capacidade explicativa às relações, quer se dêem entre indivíduos, quer se produzam entre entidades sociais. Os autores argumentam que as relações entre as pessoas, e não somente as crenças e desejos destas, são fatores importantes na explicação dos fenômenos sociais.

O individualismo metodológico (IM) compartilha com o atomismo a concepção de que a explicação sociológica é, em última instância, redutível ao nível individual. Elster define o IM como:

a doutrina de que todos os fenômenos sociais – sua estrutura e sua mudança – são, em princípio, explicáveis por fatores que envolvem apenas as pessoas, suas propriedades, seus objetivos, suas crenças e suas ações. Passar das instituições sociais e dos padrões agregados de comportamento para os indivíduos é uma operação semelhante à passagem das células às moléculas. (Elster, 1989a).

Note-se que Elster utiliza o termo “doutrina” na sua definição. E veja-se a comparação que Edgar Morin faz entre ideologia, teoria e doutrina:

O que é uma ideologia do ponto de vista informacional? É um sistema de idéias feito para controlar, acolher, rejeitar a informação. Se a ideologia é *teoria*, ela é, em princípio, aberta à informação que não é conforme a ela, que a pode questionar. Se é *doutrina*, ela é, em princípio, fechada a toda informação não-conforme. (Morin, 1986:45).

Levine, Sober e Wright esclarecem que Elster não é um atomista porque aceita que muitas propriedades individuais, como a de ser poderoso, são inerentemente relacionais, de modo que a descrição correta de um indivíduo pode implicar a referência a outros.

O IM distingue-se, também, do holismo radical (HR) e do anti-reducionismo (AR) por sua insistência em que apenas as relações entre indivíduos são irredutíveis. Nega que categorias sociais agregadas também o sejam. Para o IM, se uma

propriedade social é explicativa é porque pode ser reduzida à propriedades das relações entre indivíduos particulares.

O holismo radical (HR), dizem os críticos de Elster, contrasta com o IM afirmando que as relações individuais são essencialmente epifenômenos das explicações macrosociológicas. Estas relações são geradas pela operação do todo – por si mesmas nada explicam. “Não se trata, apenas, de que “o todo é mais do que a soma de suas partes”, mas de que o todo é a causa exclusiva e as partes são meros artefatos, ainda que constituídos a partir de relações sociais. As categorias macrosociais, como capitalismo, Estado, relações de classe, não são apenas irreduzíveis a processos microsociais: elas não são afetadas por esses processos” (Levine et al.,1989). Os autores consideram que na tradição marxista, devido à sua ênfase na “totalidade”, está presente o HR. Citam como exemplos o raciocínio teleológico na teoria da história, as formulações extremadas em defesa da causalidade estrutural e o que se pode chamar de argumento da “ação coletiva”. Concluem que, neste tipo de interpretação, os fatos sociais explicam os fatos sociais diretamente, sem que haja qualquer função interpretativa para os mecanismos que agem no plano individual.

Levine, Sober e Wright, e também Elster, trabalham sobre critérios apenas metodológicos, mas mostram-se bastante desatualizados quanto à história do termo “holismo” (Brüseke, 1995; Weil, 1987; Brandão e Crema, 1991; Ribeiro, 1989 e Koestler, 1981). Desde 1926, com o livro *Holismo e Evolução*, de Jean Smuts, o termo holismo tem sido associado à idéia de complexidade mais do que à de todo ou inteiro, como indica a raiz grega *holos*. Certamente houve distorções no sentido do globalismo, do predomínio do todo sobre as partes, mas Koestler, em 1968, no Simpósio *Beyond Reductionism*, apresentou o conceito de *hólon*, tomando o debate mais rico e consistente (na medida em que define *hólon* como estrutura intermediária e dinâmica entre um todo e suas partes). Finalmente, em 1986, a UNESCO promoveu em Veneza o colóquio *A ciência face aos*

confins do conhecimento (Weil, 1987), no qual a abordagem holística foi associada à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade.

Em sua Carta Magna a Universidade Holística Internacional (UnHI) declara-se “consciente dos perigos do englobamento e da fragmentação (totalitarismo e reducionismo)”. Portanto, a UnHI “pretende combinar o rigor necessário à análise do particular e a abertura necessária à intuição da interrelação inerente a todas as coisas (holos)”.

O anti-reducionismo (AR) – segundo Levine, Sober e Wright – reconhece a importância do plano micro de análise na explicação dos fenômenos sociais, mas defende a irredutibilidade das interpretações de nível macro. Para o IM, explicar um fenômeno é apenas fornecer uma descrição dos micromecanismos que o produzem, resumem. O AR, ao contrário, não prejulga, diante de um problema, se as explicações macrosociais são redutíveis afinal a análises individualistas. Banir os tipos sociais como objetos de pesquisa é empobrecer as finalidades explicativas da ciência social, bem como contraditar práticas racionais de análise, dizem os autores, assumindo-se como marxistas analíticos anti-reducionistas.

4 Elster e a crítica ao funcionalismo em Marx:

No artigo “Marxismo, Funcionalismo e Teoria dos Jogos” e no livro “Marx Hoje” Jon Elster sustenta que:

ao assimilar os princípios da sociologia funcionalista, reforçada pela tradição hegeliana, a análise social marxista adquiriu uma teoria aparentemente sólida que na verdade encoraja o pensamento indolente e a ausência de polêmica.

Além disso, acusa os marxistas de terem rejeitado a teoria da escolha racional e em particular a teoria dos jogos, que é de “valor inestimável para qualquer análise do processo histórico centrado na exploração, conflito, alianças e revolução”. (Elster, 1989b). Ele suspeita que a recusa esteja relacionada à idéia de

que o individualismo metodológico (IM) traduz o individualismo no sentido ético ou político e, por isso, argumenta em favor do IM tal como foi definido anteriormente.

Elster tem por objetivo encontrar microfundamentos para a análise social e por isso critica a teoria marxista do Estado ou da ideologia – que estão em “estado lastimável”. Em particular, diz ele, os marxistas não aceitaram o desafio de mostrar como a hegemonia ideológica se gera e se consolida no plano individual. Portanto, a psicologia social, no seu entender, deveria ser para a teoria marxista da ideologia o que a microeconomia é para a economia marxista. Sem um conhecimento “sólido sobre os mecanismos que operam em nível individual” as teses marxistas de amplo alcance sobre macroestruturas e as mudanças de longo prazo “estão condenadas a permanecer como especulações” (Elster, 1989b:165).

Elster passa, então, à análise do funcionalismo, cuja origem está:

provavelmente na teodicéia cristã, que alcança seu apogeu em Leibniz: tudo é para o melhor no melhor dos mundos possíveis. Os males têm conseqüências positivas de um ponto de vista mais amplo, e devem ser explicados por estas conseqüências.

Vimos anteriormente que o funcionalismo passou por três fases. Elster, no entanto, discordaria desta percepção seqüencial, afirmando que na realidade existem três paradigmas funcionalistas: um fraco, um principal e um forte. Ele considera que todos permeiam as ciências sociais e que isto é uma falha grave, já que, nestas, só deveriam ter lugar as explicações causais e as intencionais.

Nas ciências sociais, segundo esta posição, pode-se fazer distinção entre causalidade subintencional e causalidade supra-intencional. A primeira se refere a processos causais que ocorrem dentro do indivíduo, na formação ou perversão de suas intenções. A última se refere à interação causal entre indivíduos.

O comportamento humano e o comportamento animal devem, segundo Elster, ser estudados com as noções de função e

de intenção como idéias reguladoras. Nem todo comportamento animal é funcional e nem todo comportamento humano é racional ou intencional. O autor apenas presume que esses casos sejam típicos.

Na análise da metodologia marxista (Elster, 1989a:35 a 55), o autor rejeita em bloco três elementos formadores desta: o holismo metodológico, a explicação funcional e a dedução dialética. Todos tendem a bloquear a busca de microfundaamentos, que devem ser investigados a partir de dentro, “endogenamente”, diz Elster, na defesa do individualismo metodológico. Este é considerado “uma forma de reducionismo”, que “nos leva a explicar fenômenos complexos em termos de seus componentes mais simples”. Este princípio reducionista, próprio do paradigma dominante nas ciências (Santos, 1993), é visto por Elster como uma “estratégia fundamental da ciência”, responsável pela criação de disciplinas como a biologia molecular e a físico-química.

Na perspectiva deste autor, Marx falha ao utilizar a explicação funcional tanto para dar conta da estabilidade das sociedades como para demonstrar sua tendência inerente a desenvolver-se na direção do comunismo. Apesar disso, afirma que Marx também teve “intuições extremamente inovadoras”.

Há na obra marxista “duas instâncias principais de holismo metodológico”: o capital, como entidade coletiva irreduzível à firmas individuais, e à humanidade, que aparece no materialismo histórico como sujeito coletivo, cujo florescimento no comunismo, constitui o fim da história.

Marx frequentemente aponta para as necessidades dessas entidades coletivas a fim de explicar eventos e instituições que aparecem, como que por magia, para atender àquelas necessidades. Sua crença na lógica independente dos agregados às vezes enfraquece sua motivação ao estudo mais fino da estrutura e das mudanças sociais. Elementos especulativos coexistem, muitas vezes no mesmo trabalho, com proposições mais solidamente fundamentadas (Elster, 1989a:39).

Até aqui, Elster parece combater toda forma de estruturalismo. Mas ele reconhece que:

sabemos alguma coisa sobre: como crenças e preferências são moldadas pela estrutura social. Existem, em particular, evidências de que as pessoas ajustam seus desejos ou crenças de modo a reduzir a *dissonância cognitiva*, isto é, a tensão produzida quando se acredita que não se pode alcançar aquilo que se quer. Os oprimidos frequentemente acabam por aceitar sua situação porque é muito difícil viver a alternativa. Mas sabemos muito pouco sobre os limites dentro dos quais esse mecanismo opera, e além dos quais a revolta se torna uma possibilidade real. (Op.cit.:43).

Com esta afirmação, o autor se contradiz, reconhecendo a forte influência das estruturas sociais. A causa da aceitação da opressão e da dissonância cognitiva acima referidas ultrapassa a causalidade subintencional e a supra-intencional, já que há uma moldagem estrutural implicada. Quer sejam encontrados ou não os micro fundamentos neste caso, Elster já conhece sua causa – contraditória com relação ao dogma do individualismo metodológico.

Cabe lembrar a análise de Michael Taylor sobre as revoluções francesa, chinesa e russa, nas quais o autor mostra a forte relação entre ação coletiva, racionalidade e estruturas sociais *em contextos históricos específicos*. (Taylor, 1990).

Elster, além deste reconhecimento em abstrato da influência das estruturas, aponta a maior contribuição metodológica de Marx como sendo a “análise da estrutura de conseqüências não pretendidas” – que ele considera “uma ferramenta de precisão para o estudo da mudança social” (Elster, 1989a:53).

Para exemplificar esta contribuição, o autor se afasta das “contradições psicológicas” e passa a tratar das “contradições sociais”:

É um paradoxo central do capitalismo que cada capitalista queira que seus empregados tenham baixos salários, porque isso é bom para os seus lucros, mas que os trabalhadores empregados por todos os outros capitalistas tenham salários altos, porque isso cria demanda por seus produtos. (...) cada capitalista quer ocupar uma posição que, por razões puramente lógicas, nem todos podem ocupar. Embora o desejo de cada capitalista seja internamente consistente, os desejos dos capitalistas em seu conjunto são contraditórios. Não existe mundo possível em que todos possam ver seus desejos satisfeitos. (Elster, 1989a:52).

Teria sido melhor para todas as firmas se tivessem deixado de reduzir os salários, mas cada uma “sempre verá a redução de salários como uma alternativa atraente”.

Como aceitar que a ação neste caso é – segundo a teoria dos jogos – racional e portanto típica, se, na realidade, ela se mostra irracional? Andrés de Francisco afirma que é necessário um conceito mais amplo de racionalidade que inclua os processos de formação de nossas crenças, desejos e aspirações. Ele conclui que “os parâmetros institucionais da ação social restringem e constroem substancialmente a autonomia individual que está na base da teoria da escolha racional” (Francisco, 1988:242).

O individualismo metodológico de Elster pode ter sido eficaz na explicação de fenômenos como alianças no terreno político e de certas condutas no sistema econômico. Entretanto, parece-nos unilateral e contraditório na medida em que defende um reducionismo psicológico e uma concepção de racionalidade que é simultaneamente racional e irracional, mas que é tomada, ainda que apenas para efeitos de investigação, como puramente racional. Os fatos da consciência – por exemplo, o cálculo econômico de cada capitalista – não podem ser tomados como realidades dadas. A rigor, não existem tais realidades. Toda percepção implica em algum grau de concepção. Isto já está claro desde Kant. Os dados na realidade são tomados, são, em parte, projeções do sujeito observador. Esta conclusão, entretanto, é também parcial e hipotética. As obras de Edgar Morin (1986b e 1991) contêm contribuições consistentes sobre este aspecto em particular.

5 Cohen e a teoria da história em Marx:

Na sua “Resposta ao Artigo *Marxismo, Funcionalismo e Teoria dos Jogos, de Jon Elster*” – Cohen resume suas posições, que são mais desenvolvidas no seu livro *Karl Marx’ Theory of History* (1978):

- 1 Explicações funcionais estão no núcleo do materialismo histórico (MH);
- 2 A teoria dos jogos, portanto, não pode substituir as explicações funcionais no contexto da análise marxista da sociedade;
- 3 Não há tampouco lugar para a teoria dos jogos no núcleo do MH ao lado das explicações funcionais;
- 4 Mas a teoria dos jogos é útil com respeito a proposições que estão próximas do centro do MH;
- 5 Não há erro metodológico nas teses explicativas funcionais do MH;
- 6 Mas os marxistas não têm feito muita coisa para demonstrar que elas são verdadeiras. Se a explicação funcional permanece tão insuficiente na prática (por oposição a sua adequação na alta teoria), as proposições fundacionais do MH poderão ser severamente modificadas. Posições de grande autoridade tradicional talvez tenham que ser abandonadas.

Para demonstrar a primeira posição, Cohen cita o “Prefácio” à **Contribuição à Crítica da Economia Política**, de 1859, em que Marx escreve:

Na produção social de suas vidas os homens entram em relações necessárias e independentes de suas vontades; essas relações de produção correspondem a um estágio definido do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A soma total dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se eleva uma superestrutura legal e política.

Ao analisar o texto Cohen observa que as forças produtivas são os vários recursos usados no processo de trabalho: meios de produção, por um lado, e força de trabalho, por outro. Meios de produção são recursos produtivos físicos, como ferramentas, máquinas, matérias-primas e instalações. A força de trabalho inclui não apenas a força dos produtores,

mas sua habilidade e o conhecimento técnico – que eles não precisam compreender – utilizado no trabalho. A dimensão subjetiva das forças produtivas é “mais importante que a dimensão objetiva, ou seja, que os meios de produção” – afirma Cohen, concordando com Marx. Além disso, nesta dimensão mais importante a parte mais suscetível de desenvolvimento é o conhecimento. Nos seus estádios mais avançados, portanto, o desenvolvimento das forças produtivas funde-se ao desenvolvimento da ciência aplicada à produção.

Cohen ressalta um pressuposto de Marx, de que “as forças produtivas crescem continuamente”. E argumenta que o critério mais relevante para medir esse crescimento “é quanto (ou melhor, quão pouco) trabalho deve ser despendido por uma determinada força de trabalho para produzir o necessário para satisfazer as necessidades físicas inescapáveis dos produtores imediatos”. Em defesa deste critério, Cohen afirma que se tipos de estrutura econômica correspondem a níveis de poder produtivo então essa maneira de medir o poder produtivo torna a tese da correspondência mais plausível. Ele não sustenta que a única característica explicativa do poder produtivo é sua quantidade: “suas características qualitativas também ajudam a explicar o caráter das estruturas econômicas”. Conclui que “se o que importa é a quantidade de poder produtivo, a quantidade relevante é o tempo de reprodução da força de trabalho”.

Neste ponto é preciso fazer uma referência a Andrés de Francisco (1988), que tangencia um problema relevante – o fato de que “el desarrollo produtivo va intimamente ligado a la creación de fuerzas *destrutivas* del entorno natural: destrucción de ecosistemas y agotamiento de recursos. Y en este sentido, el capitalismo es *maximamente irracional*”. De outra parte, o capitalismo é *maximamente racional* – diz ele – porque não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, sendo, portanto, o modelo econômico “que más eficazmente promueve el desarrollo de las fuerzas productivas

(dejando al margen, naturalmente, el problema social)” (Francisco, 1988:226).

Há um problema básico, neste aspecto, que revela falta de uma análise interdisciplinar do conceito de forças produtivas. Ao incluir as matérias-primas como parte dos meios de produção, é feita uma leitura economicista, portanto redutora, da natureza e dos ecossistemas. Mesmo que utilizássemos a noção instrumental de “recursos” para analisar em que consistem as matérias-primas, teríamos que distinguir entre recursos renováveis e outros não renováveis (em relação ao tempo de vida na escala humana). Com esta distinção seria improcedente considerar as matérias-primas como capital constante (ou ilimitado). E isto teria certamente várias conseqüências teóricas. Elster faz algumas considerações sobre este aspecto das forças produtivas. A mais relevante delas é a seguinte:

A crescente sofisticação técnica pode ser contrabalançada, por exemplo, pelo esgotamento de recursos exauríveis. Numa formulação completa da teoria de Marx devemos levar em consideração tanto o nível real de produtividade quanto o nível hipotético que seria alcançado sob condições externas constantes (Elster, 1989a:123).

Sobre este tema, observam dois autores ecossocialistas que

los esquemas marxistas de “reproducción simple” y de “reproducción ampliada” no tienen en cuenta si la falta de recursos agotables puede poner un límite incluso a la “reproducción simple”. Eso refleja el estatus metafísico que el concepto de “producción” ha tenido en la economía marxista, al igual que en la ciencia económica convencional (Alier e Schlüpmann, 1991).

No capítulo XIII da obra citada os autores analisam a relação entre o marxismo e a economia ecológica, com particular atenção à correspondência entre Podolinsky, Marx e Engels sobre as leis da termodinâmica no setor produtivo. Apesar da insistência de Podolinsky para que a lei de entropia e o cálculo de fluxos de matéria-energia fossem incorporados à análise materialista da produção, não houve receptividade à idéia, particularmente por parte de Engels, que dissuadiu Marx de inovar neste sentido:

Engels pensó que la ley de entropía de Clausius era contraditória con la ley de la conservación de la energía, y expresó la esperanza de que se hallaría una manera de utilizar de nuevo el calor irradiado al espacio (Alier e Schlüpmann, 1991:272).

Parece necessário, além disso, rever a noção de “meios” de produção: são apenas instrumentos? Não há em princípio nenhuma diferença entre um martelo e um explosivo na área da construção civil? A idéia implícita de que as ferramentas são neutras decorre de uma percepção equivocada. Nela se basearam os governos ditos proletários do Pacto de Varsóvia para degradar seus ecossistemas, tanto ou mais que os países capitalistas do Ocidente. A análise marxista, neste ponto, deveria distinguir entre tecnologia de alto impacto ambiental e a de baixo impacto (que gera menos entropia e que, fundamentalmente, não leva nenhum ecossistema ao chamado *ponto de não retorno*, a partir do qual o desequilíbrio se torna irreversível e tem conseqüências imprevisíveis).

Com estas observações, assinalo que Cohen falha ao privilegiar o aspecto quantitativo sobre o qualitativo na análise do crescimento das forças produtivas.

Cohen define as relações de produção como relações de poder econômico que as pessoas têm (ou não) sobre a força de trabalho e os meios de produção. A totalidade destas relações constitui a estrutura econômica numa determinada sociedade – base ou fundação da superestrutura. A estrutura econômica, acentua o autor, “não inclui as forças produtivas”. E a superestrutura, embora tenha demarcação controversa, inclui certamente as instituições legais e estatais. “Com certeza não é verdade que todo fenômeno social não-econômico é superestrutural”, conclui – e quanto a este aspecto Elster com ele concordaria.

A partir deste ponto Cohen se limita a analisar a relação da ordem legal com as relações de produção e com as forças produtivas, a fim de demonstrar que entre elas existe de fato

uma explicação marxista de tipo funcional. Nas suas palavras, “o grau de desenvolvimento das forças produtivas explica a natureza das relações de produção”, que por sua vez “explicam o caráter da superestrutura”.

Uma explicação funcional para o autor consiste “numa explicação em que um fato no âmbito de uma certa ordem explica a ocorrência do evento – tipo próprio dessa ordem, a qual construímos previamente como hipótese. Eu chamo as leis que justificam as explicações funcionais de *leis de consequência*”.

Exemplifica de forma abstrata: “Suponhamos uma causa, E, e seu efeito, F. A causa da explicação não é ‘E ocorreu porque F ocorreu’” – porque neste caso há o defeito de explicar-se um evento por outro que lhe é posterior. A forma correta, diz ele, é “E ocorreu porque *causaria* F” ou “E ocorreu porque a situação era tal que um evento do tipo E causaria um evento do tipo F”.

O autor resume assim seu argumento:

- 1 O grau de desenvolvimento das forças produtivas numa sociedade explica a natureza da sua estrutura econômica;
- 2 A estrutura econômica explica a natureza da superestrutura. “Considero as proposições 1 e 2 explicações funcionais porque de outra forma não posso reconciliá-las com duas outras teses marxistas, a saber”;
- 3 A estrutura econômica de uma sociedade promove o desenvolvimento de suas forças produtivas;
- 4 A superestrutura estabiliza sua estrutura econômica.

Das proposições 3 e 4 decorre que a estrutura econômica é funcional para o desenvolvimento das forças produtivas, e que a superestrutura é funcional para a estabilidade da estrutura econômica. Isso não implica por si só que as estruturas econômicas e as superestruturas são *explicadas* pelas referidas funções (Cohen, 1990:186).

Elster coloca em dúvida a tese de Cohen ao escrever que

a teoria da base-estrutura não afirma que para que existam política e ideologia é preciso que haja produção. Ela afirma que tipos *específicos*

de atividades políticas e intelectuais observadas em sociedades de classes podem ser explicadas por referência a formas igualmente específicas de organização econômica. Longe de ser trivialmente verdadeira, essa teoria é falsificável e, de fato, falsa. Fenômenos políticos têm um considerável grau de autonomia (Elster, 1989a:130).

Afinal, as teses centrais do materialismo histórico são ou não funcionais? Esta pergunta só pode ser respondida depois de uma definição do que seja uma explicação funcional. Mas Cohen e Elster têm percepções e objetivos diferentes quanto a isto, o que torna bastante complexo o debate. Enquanto Cohen vê na explicação funcional mais precisamente definida um fato não censurável nas ciências sociais e no marxismo, Elster ataca todas as formas de funcionalismo, talvez encontrando mais explicações funcionais do que na realidade existem. Mas é inegável seu interesse em abrir um espaço no materialismo histórico para a teoria dos jogos. Neste sentido sua crítica da correspondência da superestrutura à base econômica (relações de produção) é genérica, mas em alguns pontos é também mais precisa do que a defesa que Cohen faz do texto de Marx. É o caso do “considerável grau de autonomia” da atividade política. Elster, na busca de micro fundamentos, é mais arguto do que seu adversário ao tratar da superestrutura. Talvez este seja de fato um campo fértil para a teoria dos jogos.

Contestando Elster, Cohen argumenta que a teoria dos jogos pode iluminar o comportamento de classe, mas o marxismo tem a ver fundamentalmente com as forças e relações que condicionam e orientam o comportamento, “não com o comportamento em si”. Quando se analisa o conflito de classe em termos de longo prazo, “a teoria dos jogos perde utilidade” (Op.cit.:188).

Elster interviria aqui para responder que “na falta de uma teoria que circunscreva os limites do longo prazo, essa afirmação é infalsificável e, portanto, não científica” (Elster, 1989a:131). Mas pode-se contra argumentar observando que o prazo-limite é

dado pela revolução, que não é um produto da teoria, mas da *praxis* política e de vários outros fatores históricos e econômicos. Seria correto impor ao materialismo histórico a tese da falsificabilidade de Popper? É uma questão das mais complexas, mas me inclino, neste caso e provisoriamente, a favor da posição de Cohen, porque Marx não teve propósito exclusivamente científico e porque o saber científico pode ser diferente, mas não superior a qualquer outro.

A teoria da luta de classes mistura intenções políticas e científicas. Seria preferível distingui-las, mas não separá-las. Até que ponto, no entanto, isto é possível?

Cohen prossegue no seu ataque à teoria dos jogos: “A dialética entre forças e relações de produção, que constitui o pano de fundo da luta de classes, “não é analisável em termos de jogo”.

A teoria dos jogos ajuda a explicar as vicissitudes da luta, e as estratégias ali adotadas, mas não pode dar uma resposta marxista à questão de *por que* as guerras de classe (por oposição a suas batalhas) têm tal desenlace e não outro. A resposta marxista é que a classe que governa num período, ou emerge triunfalmente dos conflitos de uma época, consegue fazê-lo porque é a classe mais adequada, mais capaz e disposta, para presidir o desenvolvimento das forças produtivas num dado momento. (Op.cit.:188).

Sobre isto Andrés de Francisco faz uma observação aguda. Ele não vê no proletariado um equivalente funcional da burguesia durante o período de transição, justamente porque as forças produtivas são também parte de um sistema destrutivo.

No hay una clase – aparte la actualmente dominante – que más pudiera impulsar la productividad del sistema hasta hacerle entrar en contradicción com las relaciones capitalistas de propriedade (Francisco, 1988:227).

Com esta combinação entre as divergências de Cohen e Elster e a última observação de Francisco chegamos a um grave problema, provavelmente central para a continuidade do debate sobre o marxismo analítico.

Se a teoria dos jogos é insuficiente para tratar das relações de classe em termos de longo prazo, então ela não é um instrumento de análise realmente estratégico – pode ser apenas tático. A argumentação de Cohen não é clara quanto a isto, nem detecta o problema apontado por Francisco. Procurando dialogar diplomaticamente com Elster, escreve Cohen:

Quando confrontados a um problema estratégico, tal como o problema de transformar a sociedade, nós necessitamos de um pensamento estratégico, não funcionalista. Mas quando Marx conclama os trabalhadores a revolucionar a sociedade, ele não estava pedindo a eles que realizassem aquilo que explicaria as suas ações, ou seja, a exaustão da capacidade de progresso da ordem capitalista e a disponibilidade de poder produtivo suficiente para instalar uma ordem socialista. (Op.cit.:189).

Este me parece o ponto mais frágil de todo o artigo de Cohen. O autor parece esquecer que quando Marx faz a referida e famosa convocação aos trabalhadores – ele não está fazendo teoria ou análise, mas um manifesto – *O Manifesto Comunista*. A transformação da sociedade capitalista em socialista, sob a liderança da classe operária, requer sem dúvida um pensamento estratégico e democrático, não funcionalista. Mas então o que dizer da racionalidade desta estratégia, se é verdade que o sistema produtivo é a um só tempo maximamente racional e maximamente irracional?

Andrés de Francisco mais uma vez vai além de Elster e Cohen ao reconhecer que “no es fácil encontrar esa o esas clases capaces de actuar *racionalmente* contra la destructividad ecológica del capital” (...)

...tampoco es fácil imaginar a un *proletariado industrial* de los países avanzados *reconvertido* ecológicamente, pues es intuitivamente inmediata la contradicción entre la dinámica de la lucha sindical (inserta en la nueva división internacional del trabajo) y la lucha ecológicamente orientada que de seguro supondría el desmantelamiento y reconversión de gran parte de la industria contaminante, con la subsiguiente pérdida masiva de puestos de trabajo. (Francisco, 1988: 227).

6 Contribuições ao debate:

No que foi dito destaca-se a problemática da racionalidade utilizada no marxismo analítico e suas conseqüências para a análise da hipótese de superação das sociedades capitalistas.

No caso de Elster, há um reducionismo evidente, assumido. A normatividade do seu individualismo metodológico se afasta dos juízos de valor e se restringe à racionalidade instrumental *objetiva e lógica* apenas aparentemente. Os juízos de valor são inerentes ao trabalho científico, já que a percepção das informações só ganha sentido na medida em que é acompanhada de um processo de recontextualização imaginária (Kant, 1996), que é historicamente reconhecido como um processo de formação da ideologia. Elster parece intuir este fato, mas o encobre assumindo o individualismo metodológico como *doutrina*. Assim, em vez de avançar em relação à teoria, ele recua, fechando ainda mais sua ideologia à informação desviante. Este fechamento, por sua vez, próprio do reducionismo, o impede de ver e compreender a complexa relação entre racionalidade e irracionalidade. Daí seu apego à aparente ordem que *deve ser* buscada nos micro fundamentos, vistos como *mecanismos* internos.

Com isto Jon Elster instala-se comodamente no paradigma dominante. Ele parece incapaz de tratar do desvio como algo não necessariamente irracional, mas a-racional e potencialmente formador de uma nova forma de racionalidade. A relação ordem-desordem e as características holonômicas, hologramáticas e holoscópicas da percepção-rememoração-concepção (Morin, 1986:100) não são sequer discutidas pelo autor. A separação que ele parece conceber (isto não está explícito nas suas obras) entre biologia e psicologia implica em tomar a mente ou a consciência individual como entidade separada dos neurônios e do cérebro. A separação entre a mente e a natureza é desmistificada, por exemplo, em *Steps to an Ecology of Mind*, em que Gregory Bateson afirma que o sistema mental que governa o modo como pensamos e aprendemos é do mesmo tipo de sistema que governa a evolução e a ecologia de toda a vida na Terra.

A interpretação que Elster faz da teoria da escolha racional só aparentemente trata dos indivíduos como seres racionais, porque ao restringir-lhes a racionalidade a um conjunto viável de opções (ótimas ou subótimas) o que ele está fazendo, na realidade, é restringir a concepção de liberdade ao direito de escolha e a racionalidade à sua face instrumental e descontextualizada historicamente (por meio da abstração em jogos idealizados). Ora, basta concebermos a liberdade como inerente à razão, tal como no Iluminismo (Kant, 1996), para ultrapassarmos o direito de escolha e visualizarmos a liberdade também como o poder de criar possibilidades, inventar caminhos, regras, jogos.

A realidade fenomênica nunca é dada, mas inevitavelmente tomada, ou seja, em algum grau interpretada e criada. E, neste ato de criar, emerge a questão da ética, dos juízos de valor e de suas conseqüências políticas de curto, médio e longo prazos. A teoria dos jogos, bem criticada por Cohen, não dá conta das questões éticas nem das que envolvem o longo prazo. É uma teoria mais da tática (meios) do que da estratégia (meios-fins) de transformação histórica. Por isso, e pelos argumentos elaborados por Cohen e Francisco, não se pode substituir no marxismo as teses funcionais do materialismo histórico.

Quanto à resposta de Cohen, há também que perguntar-se sobre o paradigma que orienta sua racionalidade. Suas críticas a Elster parecem em geral argutas, mas sua defesa da explicação funcional no interior das ciências humanas e particularmente no materialismo histórico não vão muito longe, na medida em que recorre a um abstracionismo justificatório das idéias de Marx. Cohen defende uma interpretação da explicação funcional e a transforma em *leis de conseqüência*. É difícil avaliar o alcance desta “lei” apenas pela leitura de seu artigo. Mas está clara sua intenção ideológica na medida em que, como ele próprio expressa, trata-se de uma *justificação*: “Eu chamo as leis que justificam as explicações funcionais de leis de conseqüência” (Cohen, 1990:183). Seu objetivo explícito é dar coerência ao materialismo histórico. Mas

nesse intento ele se considera um solitário, não recorre a nenhum outro marxista e, pelo contrário, critica seus colegas de forma genérica e contundente ao afirmar que “a maioria dos marxistas são metodologicamente inconscientes de si”. (Op.cit.:192). Por este caminho de defesa e ataque, ele chega à comparação do materialismo histórico (MH) com a teoria darwinista da história natural, concluindo que o MH “está, no melhor dos casos, na situação da história natural antes de Darwin” (Op.cit.:191).

Os pensamentos tanto de Elster quanto de Cohen estão a meu ver enredados no contexto do paradigma dominante da racionalidade moderna. Suas obras privilegiam a análise sobre a síntese de uma forma unilateral e redutora. Sua abertura à interdisciplinaridade é ainda muito acanhada e seu apego a fórmulas simplificadoras da realidade fenomênica é exagerado. A relação indivíduo-sociedade-meio ambiente é muito mais complexa do que aquela que aparece nas suas análises.

“Um pensamento de organização que não compreende a relação auto-eco-organizadora, isto é, a relação profunda e íntima com o meio ambiente, que não compreende a relação hologramática entre as partes e o todo, que não compreende o princípio de recursividade, um tal pensamento está condenado à insipidez, à trivialidade, isto é, ao erro” (Morin,1990:179).

Andrés de Francisco é o mais perspicaz dos três e o que mais contribui, nesta comparação preliminar, para o avanço do marxismo analítico. Andrés de Francisco percebe as limitações da racionalidade tanto de Elster quanto de Cohen. Seu equívoco a respeito da ética precisa ser relativizado, na medida em que ele claramente optou por não questionar a fragmentação ontológica do marxismo analítico.

Como conseqüência do que foi dito cabe perguntar: a chamada “crise do marxismo” foi realmente superada pelo marxismo analítico? Este está de fato aberto ao desafio da interdisciplinaridade? Até que ponto?

Referências Bibliográficas

- ALIER, J. M. e SCHLÜPMANN, K. *La ecología y la economía*. Fondo de Cultura Económica, México, 1991.
- APEL, K. *Estudos de moral moderna*. Vozes, Petrópolis, 1994.
- BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. Ática, São Paulo, 1993.
- BRANDÃO, D. M. S. & CREMA, R. (Orgs) *Visão holística em psicologia e educação*. Summus Editorial, São Paulo, 1991.
- BRÜSEKE, F. J. *A lógica da decadência (Desestruturação socio-econômica, o problema da anomia e o desenvolvimento sustentável)*. Versão preliminar, 1995.
- COHEN, G.A. "Resposta ao Artigo 'Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos', de JON ELSTER". In: *Lua Nova*, n. 20, maio. CEDEC, SP, 1990.
- ELSTER, J. *Marx hoje*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989a.
- _____. "Marxismo, Funcionalismo e Teoria dos Jogos (Argumentos em favor do Individualismo Metodológico)". In: *Lua Nova*, n. 17, junho. CEDEC, SP, 1989b.
- FRANCISCO, A. "Marxismo Analítico: Teoría y Método" In: *Zona Abierta*, 48/49, 1988.
- KANT, E. (1996) *Crítica da razão pura*. Coleção Os Pensadores, ed. Nova Cultural, São Paulo.
- KOESTLER, A. *Jano*. Melhoramentos, SP, 1981.
- LEVINE, A., SOBER, E. & WRIGHT, E. "Marxismo e Individualismo Metodológico". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 11, v.4, out., SP, 1989.
- RIBEIRO, C.R.M. *A empresa holística*. Editare / Vozes, 2.ed., São Paulo, 1990.
- SANTOS, B.S. *Um discurso sobre as ciências*. Edições Afrontamento, 6.ed., Porto, Portugal, 1993.
- MORIN, E. *Para sair do século XX*. Ed. Nova Fronteira, Rio, 1986a.
- _____. *O método III (o conhecimento do conhecimento/1)*. Publicações Europa-América, Portugal, 1986b.
- _____. *Science avec conscience*. Fayard, Paris, 1990.

- _____. O método IV. As idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização. Publicações Europa-América, Portugal, 1991.
- TAYLOR, M. "Racionalidad y acción colectiva revolucionaria" *In: Zona Abierta*, 54/55, 1990.
- WEIL, P. *Nova linguagem holística (um guia alfabético)* Espaço e Tempo/CEPA, Rio de Janeiro, 1987.